

● Ataque à democracia

Forças desmobilizam acampamentos, 1,5 mil são presos e Senado articula CPI

— Extremistas são retirados da frente de quartéis por ordem de Moraes e responderão por múltiplos crimes; parlamentares colhem assinaturas para apurar caos em Brasília

BRASÍLIA
SÃO PAULO
RIO

Acampamentos de extremistas erguidos na frente de instalações militares por todo o País começaram a ser desmobilizados ontem. Ao menos 1,5 mil radicais foram presos após ataques em série às sedes dos três Poderes, na capital federal. Senadores coletaram assinaturas suficientes para dar início a uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar a investida contra as instituições brasileiras.

Uma decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou o fim dos agrupamentos em 24 horas. Expedida no fim da noite de antontem, a ordem foi cumprida ao longo do dia por autoridades municipais e estaduais, além de Brasília — epicentro da crise.

Moraes afastou o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), do cargo por 90 dias em razão da leniência diante do caos, anunciado e consumado. Como revelou o **Estadão** no sábado, relatórios de inteligência em posse do governo já indicavam que cem ônibus com 3,9 mil extremistas estavam a caminho da capital a partir de ontem.

Após a intervenção federal na segurança do DF imposta pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ficou definida a remoção dos radicais do Quartel-General do Exército. A execução da ordem ficou marcada pelo comboio de pelo menos 50 ônibus com mais de 1,2 mil detidos, que se somaram aos já 209 detidos no dia anterior.

O bando montou barracas desde a derrota do ex-presidente Jair Bolsonaro para Lula. O ato final foi o vandalismo no Palácio do Planalto, STF e Congresso. Enquanto agrupados, os manifestantes articulavam ações violentas, contestavam o resultado das urnas e pediam intervenção militar.

“Vivemos o Capitólio brasileiro, com duas diferenças: não tivemos óbitos e temos muito mais presos aqui do que lá (nos EUA)”, afirmou o ministro da Justiça, Flávio Dino, ontem, durante entrevista coletiva sobre o balanço da opera-



Bolsonaristas detidos em um ginásio em Brasília após participação em atos de vandalismo na Praça dos Três Poderes, no domingo

ção. “As Forças Armadas brasileiras até aqui se mantiveram fiéis à legalidade democrática. Esse é um fato que deve ser saudado. De um modo geral, eu diria que o pior passou.”

Segundo o ministro, financiadores do vandalismo já foram identificados em dez Estados. Os radicais ficarão na Academia Nacional da Polícia Federal. Cinquenta equipes atuaram na identificação e oitavo dos extremistas. Dino afirmou que 40 ônibus foram apreendidos, alguns em rota de fuga. Armas de fogo e spray de pimenta foram recolhidos.

CRIMES. Os envolvidos poderão ser enquadrados de forma múltipla em crimes, entre eles: golpe de Estado, tentativa de abolição violenta do estado de direito, dano qualificado, associação criminosa e lesão corporal. “Golpistas e criminosos em geral não obtiveram êxito na ruptura da legalidade”, disse o ministro.

Dino saiu em defesa do ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, que, segundo ele, não deve ser “martirizado”. Múcio foi criticado dentro e fora do governo por ter pregado a necessidade de conduzir uma retirada negociada, não a

força, de extremistas. “Não pode ser posta em dúvida a sinceridade, a lealdade e a correção de Múcio”, disse Dino.

O ministro afirmou, novamente, que autoridades políticas têm responsabilidade sobre os atos, em uma referência a Bolsonaro. Dino disse que,

“As Forças Armadas até aqui se mantiveram fiéis à legalidade democrática. Esse é um fato que deve ser saudado. De um modo geral, eu diria que o pior passou”

Flávio Dino
Ministro da Justiça

em tese, não se pode descartar um futuro pedido de extradição do ex-presidente, que está nos EUA. Ele negou, porém, que a medida tenha sido solicitada ao governo Joe Biden.

CONGRESSO. No Senado, o pedido de uma CPI para apurar os atos de antontem coletou 31 assinaturas. Dos 81 senadores, eram necessárias 27 adesões. O pedido foi apresentado pela senadora Soraya Thronicke (União Brasil-MS), ex-

aliada de Bolsonaro. Marcos do Val (Podemos-ES) e Eduardo Braga (MDB-AM), ambos apoiadores do ex-presidente, assinaram o requerimento.

“O Parlamento dará uma resposta aos terroristas e a todos aqueles que, de alguma forma, participaram das ações que mancharam a imagem da Nação”, escreveu Raulo Rodrigues (Rede-AP), em uma rede social. O pedido precisa ser votado e aprovado no plenário.

Ontem, a Câmara aprovou, de forma simbólica, o decreto de intervenção na segurança do DF editado por Lula.

DESMONTE. Pelas capitais, barracas foram desmontadas após operações de policiais militares. Não houve registros de confrontos, mas manifestantes tentaram resistir em Belo Horizonte, Recife e Florianópolis. Pela manhã, uma mulher pedia intervenção militar e divina na frente do Comando do Exército, na capital mineira: “Deus, nos ajuda. Temos de fazer a intervenção”.

Em Florianópolis, mesmo contrariados — os mais exaltados gritavam palavras de ordem e pediam “socorro” às Forças Armadas —, os bolsonaristas cumpriram a ordem. A determi-

nação foi acatada também em Salvador, Feira de Santana e Alagoinhas, assim como no Recife.

O acampamento bolsonarista na frente do Comando Militar do Sudeste (CMS), na região do Ibirapuera, em São Paulo, também chegou ao fim, após 71 dias. A pouca resistência à ação da polícia ocorreu de modo verbal. “Daqui a pouco (no governo Lula) não existirá nem a polícia”, disse, exaltado, um apoiador do ex-presidente. Uma mulher gritou que “não aceita o comunismo no Brasil”.

Mais cedo, o secretário da Segurança Pública, Guilherme Derrite, que é bolsonarista, havia afirmado que no Estado a dissolução seria com base no “diálogo”, com uso escalonado da força, se necessário. Segundo Derrite, eram 34 pontos de mobilização e 15 haviam sido desmobilizados ontem. Houve um bloqueio, pela manhã, na Marginal do Tietê. Já no Rio, os manifestantes deixaram a frente do Comando Militar do Leste (CML), no centro. ● FELIPE FRAZÃO, ANDRÉ BORGES, SOFIA AGUIAR, IANDEY PORCELLA, WILTON JUNIOR, PÉPITA ORTEGA, EDUARDO GAYER, DAVIMEIROS, GIORNANNA NEVES, RAYANDERSON GUERRA, CARLOS EDUARDO CHEREM, REGINA BOCHICCHIO, CAMILA COSTA DA CUNHA E JOÃO VICTOR PAIVA

Afastado por Moraes, Ibaneis entra na mira da Procuradoria e do TCU

Ministro do Supremo vê falhas de segurança e convivência com atos radicais e suspende governador do DF do cargo por 90 dias

BRASÍLIA
SÃO PAULO

O ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes determinou antontem o afastamento do governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), do cargo. Moraes suspendeu Ibaneis da função pública pelo prazo de 90 dias e determinou a “dissolução total” dos acampamentos no entorno de quartéis em todo o País.

A decisão de Moraes ocorreu depois das invasões, por grupos radicais, das sedes dos três Poderes, em Brasília, no domingo, sem que houvesse imediata repressão das forças de segurança pública do Distrito Federal. Ao contrário, o ministro registra na decisão cenas de convivência. “Diversos e fortíssimos indícios apontam graves falhas na atuação dos órgãos de segurança pública do Distrito Federal, pelos quais é o responsável direto o governador”, disse Moraes.

ÁGUA DE COCO. O ministro listou, entre outros fatos noticiados pela imprensa, a escolta da marcha dos radicais até a Praça dos Três Poderes e a falta de “resistência exigida para a gravidade da situação”, como policiais que abandonaram a barreira policial para tomar água de coco, como mostrou o Esta-

Crise no DF

Intervenção na segurança e governador suspenso

● Invasões

Antontem, as sedes dos Poderes da República foram invadidas e depredadas por radicais apoiadores de Jair Bolsonaro. Os extremistas não encontraram resistência da polícia e o governo de Ibaneis Rocha ficou sob pressão

● Intervenção

O presidente Lula autorizou intervenção federal na segurança pública do DF. Segundo ele, o objetivo é “pôr termo a grave comprometimento da ordem pública no Estado do Distrito Federal”

● Afastamento

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo, afastou o governador Ibaneis Rocha do cargo por 90 dias. Segundo o ministro, trata-se de “medida razoável, adequada e proporcional para a garantia da ordem pública”

● Comando do governo

PABLO VALADARES/AG. CAMARA - 13/12/2022



Com Ibaneis afastado, assume como governadora interina Celina Leão (PP). Aliada de Bolsonaro, ela foi deputada federal antes de ser eleita vice-governadora na chapa de Ibaneis, em 2022

RENATO ALVES/AGÊNCIA BRASÍLIA - 27/12/2022



Ibaneis pediu desculpas após depredações na capital federal

dão. Segundo Moraes, parte do efetivo da Polícia Militar filiou a mobilização criminosa “de forma jocosa e para entretenimento pessoal”.

Outro motivo citado por Moraes foi a demissão do secretá-

rio da Segurança Pública do DF, Anderson Torres, enquanto “atos terroristas estavam ocorrendo”. A Advocacia-Geral da União havia pedido a prisão de Torres, mas Moraes respondeu que a responsabili-

dade “está sendo apurada” em separado. Torres negou convivência com os atos radicais.

Para Moraes, porém, “o descaso e a convivência” de Torres “só não foi mais acintoso do que a conduta dolosamente omissiva” de Ibaneis. O Estadão apurou que Ibaneis foi alertado por auxiliares de que não deveria nomear Torres por causa da ligação dele com o ex-presidente Jair Bolsonaro, mas não seguiu o conselho.

O Tribunal de Contas da União (TCU) estuda responsabilizar Ibaneis, Torres e grupos radicais pela depredação e cobrar reparação financeira pelos prejuízos. O governador afastado é dono de patrimônio declarado de R\$ 78,9 milhões.

CRIMES. Ao determinar o afastamento de Ibaneis, Moraes apontou indícios de ao menos oito crimes: atos terroristas; associação criminosa; abolição violenta do estado democrático de direito; golpe de Estado; ameaça; perseguição; incitação ao crime; e dano ao patrimônio público. O ministro mandou Facebook, Twitter, Instagram e Tik Tok bloquearem 17 perfis e enviarem dados ao Supremo, sob pena de multa de R\$ 100 mil por dia.

“Todos serão responsabilizados civil, política e criminalmente pelos atos atentatórios à democracia, ao estado de direito e às instituições, inclusive pela dolosa convivência – por ação ou omissão – motivada pela ideologia, dinheiro, fraqueza, covardia, ignorância, má-fé ou mau-caratismo”, afirmou o ministro. De acordo com Moraes, “a escalada violenta” somente poderia ocorrer “com a anuência, e até participação efetiva, das autoridades competentes pela segurança pública e inteligência”.

Ontem, a Procuradoria-Geral da República pediu uma investigação para apurar se houve omissão do governador afastado. A apuração deve correr sob a supervisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Inte-

grantes da cúpula da PGR apresentaram representação para cobrar do procurador-geral da República, Augusto Aras, atuação criminal do órgão sobre a conduta de Ibaneis.

A Procuradoria da República no Distrito Federal também vai apurar suposta omissão do alto-comando da PM, “que possibilitou ou facilitou atos extremistas”. O procurador Peterson da Paula aponta “completa inação” da corporação.

Cerca de uma hora antes de apoiadores de Bolsonaro invadirem as sedes dos três Poderes, o secretário de Segurança Pública interino do DF, Fernando Oliveira, enviou áudio a Ibaneis afirmando que o ato transcorria “de forma pacífica”.

“Os ataques serão responsabilizados, assim como os financiadores e agentes públicos coniventes”

Alexandre de Moraes
Ministro do Supremo

Moraes citou “fortes indícios” de que o governador afastado é, “no mínimo, conivente com associação criminosa voltada a atos terroristas” e que a omissão é “estarrecedora”. Ele considerou que Ibaneis, no cargo, poderia “dificultar a colheita de provas” e “obstruir a instrução criminal, pela destruição de provas e de intimidação a servidores públicos. Antontem, Ibaneis condenou as invasões e pediu desculpas.

VICE. Com o afastamento de Ibaneis, o governo do DF será exercido pela vice-governadora, Celina Leão (PP). Aliada de Bolsonaro, ela fez campanha pela reeleição do ex-presidente. O grupo político da governadora interina já articula, nos bastidores, uma estratégia para abrir um processo de impeachment de Ibaneis. ● DANIEL WETERMAN, FELIPE FRAZÃO, JULIA AFFONSO, LUIZ VASSALLO, MARCELO GODDY, PEPITA ORTEGA, RAYSA MOTTA, VINICIUS VALFRE E WESLEY GALZO

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política Caderno: A Pagina: 6 e 9